

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais
e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e acionistas
Grupo Fartura de Hortifrut S.A.
Campinas - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Ausência de reapresentação dos saldos comparativos

Conforme descrito na nota explicativa nº 19.4 às demonstrações contábeis, foram identificados erros materiais referentes a exercícios anteriores, corrigidos durante o exercício de 2017. No entanto, os efeitos apurados, relativos aos exercícios sociais até 2016, no montante líquido devedor de R\$ 14.717 mil, foram lançados diretamente à conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido, ao invés de apropriados nas demonstrações dos anos a que correspondiam mediante reapresentação das mesmas, conforme determinado pela NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos saldos comparativos

As demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2016, foram auditadas por outros auditores e sobre elas foi emitido relatório de auditoria, datado de 14 de agosto de 2017, com ressalvas sobre a ausência de documentação suporte para registro de itens do ativo imobilizado no montante de R\$ 3.2 mil e falta de representação comparativa das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2015.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de maio de 2018.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		2017	2016	2017			2017	2016	2017
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	70.509	3.304	79.586	Fornecedores	13	52.710	44.009	76.974
Instrumentos financeiros derivativos	5	81	-	81	Empréstimos e financiamentos	14	70.952	35.883	95.253
Contas a receber	6	51.502	27.722	63.357	Instrumentos financeiros derivativos	5	2.854	-	2.854
Estoques	7	50.568	42.787	61.477	Obrigações trabalhistas e sociais	15	20.559	19.266	25.428
Tributos a recuperar		2.439	2.885	2.687	Obrigações tributárias	16	12.964	2.898	14.162
Adiantamentos		-	-	1.647	Parcelamentos tributários		99	101	2.293
Outros ativos circulantes		536	92	930	Contas a pagar	17	8.093	5.581	10.018
		175.635	76.790	209.765	Dividendos a pagar		1.753	3.422	1.753
					Outros passivos circulantes		-	7	371
							169.984	111.167	229.106
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Provisão para passivo a descoberto em controlada	10	10.436	-	-
Depósitos judiciais		554	433	742	Empréstimos e financiamentos	14	11.309	16.206	19.051
Propriedade para investimentos	8	-	-	51.957	Parcelamentos tributários		590	649	5.807
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.810	-	1.810	Provisões	18	915	967	1.446
Tributos a recuperar		1.725	-	1.869	Contas a pagar	17	598	-	598
Partes relacionadas ativo	9	173	9.744	18.100	Partes relacionadas passivo	9	9.513	629	3.260
Outros ativos		127	-	127			33.361	18.451	30.162
		4.389	10.177	74.605					
Investimentos em controladas	10	68.772	-	-	Patrimônio líquido	19			
Imobilizado	11	61.946	44.283	76.198	Capital social realizado		59.864	1.704	59.864
Ativo biológico	12	-	-	6.142	Reserva de capital		57.500	-	57.500
Intangível		1.561	72	3.220	Prejuízo Acumulado		(8.406)	-	(8.406)
		132.279	44.355	85.560			108.958	1.704	108.958
					Participação de não controladores		-	-	1.704
					Patrimônio líquido total		108.958	1.704	110.662
Total do ativo		312.303	131.322	369.930	Total do passivo e patrimônio líquido		312.303	131.322	369.930

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Demonstrações do resultado dos exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		2017	2016	2017
Receita líquida	20	770.986	685.127	885.187
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	21	(451.713)	(410.948)	(518.446)
Lucro bruto		319.273	274.179	366.741
Despesa com vendas	21	(15.057)	(13.141)	(18.826)
Despesas gerais e administrativas	21	(105.899)	(90.366)	(124.491)
Despesas com pessoal	21	(158.510)	(141.399)	(179.679)
Equivalência patrimonial	10	(163)	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas		7.918	1.043	10.054
Lucro antes do resultado financeiro		47.562	30.316	53.799
Resultado financeiro, líquido	22	(15.068)	(13.937)	(20.083)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		32.494	16.379	33.716
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(11.621)	(5.125)	(12.848)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	1.810	-	1.810
Lucro líquido do exercício		<u>22.683</u>	<u>11.254</u>	<u>22.678</u>
Atribuído a:				
Participação dos controladores		-	-	22.683
Participação dos não controladores		-	-	(4)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.679</u>
Lucro/(prejuízo) por ação		0,38	6,60	0,38

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controlada		Consolidado
	2017	2016	2017
Lucro líquido do exercício	22.683	11.254	22.678
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>22.683</u>	<u>11.254</u>	<u>22.678</u>
Atribuído a:			
Participação dos controladores	-	-	22.683
Participação dos não controladores	-	-	(4)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.679</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Capital social			Reservas			Resultado do exercício	Patrimônio líquido dos controladores	Patrimônio líquido dos não controladores	Patrimônio líquido total
	Subscrito	À integralizar	Realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros	Prejuízo acumulado				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.704	-	1.704	-	3.494	-	-	5.198	-	5.198
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	11.254	11.254	-	11.254
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(3.494)	-	(8.767)	(12.261)	-	(12.261)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(2.487)	(2.487)	-	(2.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.704	-	1.704	-	-	-	-	1.704	-	1.704
Aquisição de controle	-	-	-	-	-	-	-	-	1.708	1.708
Aumento de capital - 02 de maio de 2017	660	-	660	-	-	-	-	660	-	660
Subscrição de capital - 30 de novembro de 2017	125.000	(125.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital - 30 de novembro de 2017	-	56.691	56.691	56.691	-	-	-	113.381	-	113.381
Integralização de capital - 14 de dezembro de 2017	-	810	810	810	-	-	-	1.619	-	1.619
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(14.717)	-	(14.717)	-	(14.717)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	22.683	22.683	(4)	22.679
Destinação do lucro:										
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(16.373)	(16.373)	-	(16.373)
Absorção do lucro do exercício	-	-	-	-	-	6.311	(6.311)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	127.364	(67.500)	59.864	57.500	-	-8.406	-	108.958	1.704	110.661

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	22.683	11.254	22.679
Depreciação e amortização	7.560	7.022	9.168
Resultado da equivalência patrimonial	163	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.810)	-	(1.810)
Alienação de ativo imobilizado	385	100	385
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	-	-	(1.142)
Ajuste a valor presente de ativos	-	-	1.334
Perdas na combinação de negócios sob controle comum	(1.783)	-	(1.783)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(52)	(330)	423
Constituição (reversão) de provisão para perdas de estoque	(51)	(449)	77
Constituição (reversão) de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	165	(525)	165
Provisão de juros incorridos sobre empréstimos	6.962	12.383	7.286
Provisão de instrumentos financeiros de derivativos	2.773	-	2.917
Lucro do exercício ajustado	36.995	29.454	39.700
(Aumento)/redução de ativos			
Contas a receber de clientes	(23.945)	4.064	(21.876)
Estoques	(7.730)	(14.657)	(3.268)
Tributos a recuperar	(1.279)	(1.508)	(1.210)
Adiantamentos	-	1.559	(1.469)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(571)	(12)	(443)
Depósitos judiciais	(121)	(167)	(138)
Partes relacionadas ativo	(173)	(2.071)	4.642
Aumento/(redução) de passivos			
Fornecedores	9.404	10.631	13.258
Obrigações trabalhistas e sociais	1.293	-	1.193
Obrigações tributárias	10.066	2.044	9.931
Contas a pagar	3.110	(668)	(19.624)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(7)	-	1.031
Partes relacionadas passivo	614	629	2.614
Caixa líquido aplicado/(consumido) nas atividades operacionais	27.656	29.298	24.340
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado / intangível	(27.097)	(7.562)	(22.005)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-	(22.771)
Aquisição de participação em controlada	(9)	-	(9)
Dividendos recebidos	250	-	-
AFAC em controlada	(2.141)	-	-
Aumento de capital em controlada	(51.563)	-	-
Caixa líquido aplicado/(consumido) nas atividades de investimentos	(80.560)	(7.562)	(44.785)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	57.500	-	57.500
Constituição de reserva de capital	57.500	-	57.500
Dividendos pagos	(18.042)	(10.308)	(27.536)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(14.717)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(61.513)	(5.901)	(97.604)
Captação de empréstimos e financiamentos	84.725	(6.209)	111.884
Parcelamentos tributários	(61)	-	1.918
Caixa líquido aplicado/(consumido) nas atividades de investimentos	120.109	(22.418)	88.944
Redução de caixa e equivalentes de caixa	67.205	(682)	68.499
Saldo de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	3.304	3.986	3.304
Caixa proveniente de aquisição de controle	-	-	7.784
No final do exercício	70.509	3.304	79.586
Redução de caixa e equivalentes de caixa	67.205	(682)	68.499

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Grupo Fartura de Hortifrut S/A (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Campinas/SP. Foi constituída em 25 de março de 2002 e tem como atividade principal o comércio varejista de produtos alimentícios.

Suas operações são desenvolvidas através de unidades comerciais localizadas no estado de São Paulo e Distrito Federal, distribuídas conforme segue:

Abertura das Unidades de Varejo (Consolidado) por Região

	31/12/2017	31/12/2016
São Paulo Capital	11	10
São Paulo Interior	17	15
Brasília	9	9
Total	<u>37</u>	<u>34</u>

Em 29 de setembro de 2017, em assembleia geral foi aprovada a alteração da forma de constituição societária de Grupo Fartura de Hortifrut Ltda. (sociedade de responsabilidade limitada) para uma sociedade anônima, sob a denominação Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Em 30 de novembro de 2017, foram subscritas 802.275 novas ações pela Oba Growth Participações S.A., totalizando R\$ 250.000, visando, com esses recursos, acelerar o crescimento através da expansão no número de lojas. A entrada dos recursos também contribuirá para o crescimento sustentável da Companhia, e para o alinhamento às boas práticas de governança corporativa existentes no mercado.

1.1. Reestruturação societária:

a) Aquisição de controle do Oba Hortifruti

Em 02 de maio de 2017, a Companhia recebeu, através da cessão de quotas efetuadas pelos acionistas controladores, participação de 99,99% na empresa Oba Hortifruti - Comércio e Importação de Frutas Ltda. (“Oba Hortifruti”), passando a deter o controle sobre as atividades operacionais dessa empresa.

O Oba Hortifruti tem por atividade o comércio varejista de produtos alimentícios e possui 9 lojas, todas localizadas em Brasília - Distrito Federal.

b) Aquisição de controle da CR Alves

Em 17 de abril de 2017, a Companhia passou a deter o controle da CR Alves Participações Ltda. ("CR Alves") e encerrou o exercício com uma participação de 97,58% das quotas de capital. A empresa tem sede na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, tendo como atividade principal a compra, venda e locação de imóveis próprios.

c) Restruturação societária envolvendo entidades sob controle comum

Para as situações de reestruturações societárias em que o controlador final, antes e depois da transação, permanece o mesmo, a Administração elegeu o custo precedente como a prática contábil, por entender que representa melhor a transação ocorrida e fornece uma informação de maior relevância.

A política contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma combinação de negócios sob controle comum a entidade que recebe as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência na data da transferência.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 14 de maio de 2018.

2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as respectivas Normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que os aprovaram.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para credores de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.5. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos nas normas vigentes, abrangendo as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, listadas abaixo:

Investida	Participação sobre PL (%)	Controle	Data-base
Oba Hortifruti	99,99	Direto	31/12/2017
CR Alves	97,58	Direto	31/12/2017

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis adotadas pela controladora. O processo de consolidação contempla os procedimentos previstos na legislação societária brasileira, a seguir descritos:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada;

c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

2.6. Moeda funcional e conversão cambial

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua.

As demonstrações contábeis são preparadas em Reais, que é a moeda funcional, e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

iii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar e partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iv. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados e sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de hedge (hedge accounting).

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas na realização dos créditos, quando aplicável.

3.4. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável.

3.5. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.6. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por imóveis da controlada CR Alves mantidos para valorização do capital, e são inicialmente mensurados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são apresentadas ao seu valor justo, deduzido dos custos de venda.

3.7. Investimentos em controladas

Investimento em empresa controlada é contabilizado ao custo, ajustado com base no método da equivalência patrimonial após a aquisição da participação societária, para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

As provisões para perdas nos investimentos em sociedades controladas são constituídas sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) destas sociedades e classificadas no passivo não circulante em contrapartida do resultado de equivalência patrimonial.

3.8. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro do resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada de forma linear, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

3.9. Redução do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.10. Ativo biológico

O ativo biológico corresponde a criação de gado da controlada CR Alves, avaliados pelo valor justo.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e em cada data de balanço.

3.11. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.14. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a Administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo não são relevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste.

3.15. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente, da controladora e sua controlada Oba Hortifruti, são calculados com base na sistemática do Lucro Real, mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de maneira permanente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método das diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

Na controlada CR Alves, o Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados pela sistemática do Lucro Presumido. Nesta sistemática, o lucro tributável é calculado aplicando-se sobre a receita bruta de vendas as alíquotas de presunção definidas para a atividade da companhia, que é de 8%. Sobre o resultado foram aplicadas as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido para contribuição social sobre o lucro líquido.

3.16. Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não será considerado mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.17. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de produtos estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços - ICMS	De 0% a 25%
Programa de integração social - PIS	1,65%
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	7,60%
Impostos sobre produtos industrializados - IPI	De 0% a 20%
Imposto sobre serviços - ISS	5%

Os produtos hortifrutigranjeiros in natura possuem isenção para o ICMS e alíquota zero para o PIS/COFINS.

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

As alterações das normas descritas a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Principais pontos introduzidos pela norma

A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros designados ao valor justo deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não na demonstração do resultado do exercício. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Impactos da adoção

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39.

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o IFRS 9 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos), ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos).

Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Principais pontos introduzidos pela norma

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

Impactos da adoção

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis.

IFRS 16 - Leasings

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2019.

Impactos da adoção

A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 terá nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Caixa	1.094	1.110	1.363
Bancos conta movimento	1.319	2.014	2.456
Numerários em trânsito	995	171	995
Aplicações financeiras de liquidez imediata	67.101	9	74.772
	<u>70.509</u>	<u>3.304</u>	<u>79.586</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

5. Instrumentos financeiros derivativos

Instituição	Tipo de Contrato	2017		
		Valor de Referência	Valor Justo	Ganho/ (Perdas)
Itaú	Swap	14.546	17.021	(2.475)
Santander	NDF	13.234	13.613	(379)
Bradesco	Swap	11.901	11.820	81
		<u>39.681</u>	<u>42.454</u>	<u>2.773</u>
Ativo		-	-	81
Passivo		-	-	2.854
Líquido		-	-	<u>2.773</u>

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Administradoras de cartão de crédito	45.997	25.828	60.536
Contas a receber - partes relacionadas	3.295	-	570
Duplicatas e cheques a receber	1.190	1.585	1.209
Outras contas a receber	1.099	897	1.362
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(79)	(588)	(320)
	<u>51.502</u>	<u>27.722</u>	<u>63.357</u>

As operações com cartão de crédito são registradas líquidas das comissões pagas às respectivas administradoras.

A Companhia reconhece a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa após análise individualizada dos clientes. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Mercadorias para revenda	40.931	31.940	51.381
Adiantamento para aquisição de estoques	6.895	7.130	7.389
Material de embalagem e uso e consumo	3.507	3.441	3.911
Estoques em trânsito	-	1.093	70
(-) Provisão para perdas de estoques	(765)	(817)	(1.274)
	<u>50.568</u>	<u>42.787</u>	<u>61.477</u>

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

8. Propriedades para investimento

	Consolidado
	2017
Fazenda Esmeralda (a)	33.113
Casa bairro Santa Genebra (b)	150
Imóvel Ribeirão Preto (c)	16.383
Casa Riviera de São Lourenço (d)	2.311
	<u>51.957</u>

Abaixo estão listados os imóveis de propriedade da controlada CR Alves:

- (a) Refere-se a três fazendas denominadas Esmeralda, Esmeralda II e Esmeralda III, totalizando uma área de 7.393,37 m² situadas no município de Bandeirantes do Tocantins, Comarca de Arapoema, no Estado do Tocantins, registrada no Cartório de Registro de imóveis, Títulos e Documentos, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Tabelionato de Notas e de Protestos da Comarca de Arapoema, Estado do Tocantins. Nas Fazendas é explorada a atividade de pecuária.
- (b) Refere-se a casa situada na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo. A casa possui 360 m² e está registrada no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP.
- (c) Refere-se a um terreno situado na avenida Presidente Vargas, em Ribeirão Preto/SP. Perfaz uma área de 1.950,38 metros quadrados, devidamente matriculado junto ao 2º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto/SP.
- (d) Refere-se a um edifício com área de 525m² no loteamento denominado "Riviera de São Lourenço", registrado no 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos/SP

9. Partes relacionadas (ativo e passivo)

Ativo

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Oba Hortifruti	173	523	-
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (a)	-	5.791	10.084
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (a)	-	2.063	2.359
Luiz Las-Casas Alves	-	-	607
Alex Alves dos Santos Brito	-	-	1.375
Carlos Roberto Alves	-	-	2.429
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda. (a)	-	992	1.240
Global Guanabara Ilha Hortifruti Ltda.	-	-	4
Super Varejão Oba Ltda.	-	-	1
Atacado Florence Ltda.	-	343	-
Comercial ki-Frutas Campinas Ltda.	-	16	-
CR Alves Participações Ltda.	-	1	-
FCA Comércio de Alimentos Ltda.	-	9	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda.	-	3	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda.	-	3	-
	<u>173</u>	<u>9.744</u>	<u>18.100</u>

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Passivo

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Oba Hortifruti	8.252	2	-
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (a)	552	506	552
ARC Dia Comércio Varejista Ltda.	3	-	3
Luiz Las-Casas Alves	-	-	-
Alex Alves dos Santos Brito	1	-	1
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda.	363	101	363
Comercial ki-Frutas Campinas Ltda. (a)	180	20	180
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (a)	-	-	1.999
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda.	6	-	6
Raimundo Desidério Alves Caetano	9	-	9
Mooça Administração de Alugueis Ltda.	147	-	147
	<u>9.513</u>	<u>629</u>	<u>3.260</u>

a) Refere-se a conta corrente com partes relacionadas remunerado á 100% do DI, sem prazo de vencimento definido em contrato.

10. Investimentos em controladas

	OBA		Total
	Hortifruti	CR Alves	
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-	-	-
Aquisição de participação no período	2.443	8	2.451
Ajustes de exercícios anteriores	(14.781)	(638)	(15.418)
Aumento de capital		69.577	69.577
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.141		
Resultado da equivalência patrimonial	11	(175)	(164)
Dividendos distribuídos	(250)		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(10.436)</u>	<u>68.772</u>	<u>56.446</u>
Investimento em controlada	-	68.772	68.772
Provisão para passivo a descoberto em controlada	(10.436)	-	(10.436)
	<u>(10.436)</u>	<u>68.772</u>	<u>58.336</u>

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

11. Imobilizado

Movimentação do imobilizado da controladora

	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículo	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edificações	Consórcio	Total
Custo	14.743	10.326	26.849	23.800	41	493	76.253
Depreciação acumulada	(6.033)	(6.508)	(12.507)	(6.920)	(1)	-	(31.971)
Saldo líquido no início do exercício	8.710	3.818	14.342	16.880	40	493	44.283
Adições	9.138	640	282	15.394	7	148	25.608
Baixas	(105)	-	-	-	-	(280)	(385)
Depreciação	(1.648)	(1.169)	(2.312)	(2.428)	(2)	-	(7.560)
Saldo no final do exercício	16.095	3.289	12.312	29.846	45	361	61.946
Custo	23.681	10.966	27.131	39.194	48	361	101.381
Depreciação acumulada	(7.587)	(7.678)	(14.819)	(9.348)	(4)	-	(39.435)
Saldo líquido no final do exercício	16.094	3.288	12.312	29.846	44	361	61.946

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Movimentação do imobilizado consolidado

	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículo	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Terreno e edificações	Consórcio	Total
Custo	14.743	10.326	26.849	23.800	41	493	76.253
Depreciação acumulada	(6.033)	(6.508)	(12.507)	(6.920)	(1)	-	(31.971)
Saldo líquido no início do exercício	8.710	3.818	14.342	16.880	40	493	44.283
Imobilizado adquirido pela aquisição de controle	2.228	2.706	5.952	3.522	3.446	-	17.854
Adições	10.590	1.600	783	16.704	7	148	29.831
Baixas	(105)	(459)	-	(145)	(2.320)	(280)	(3.309)
Depreciação	(2.332)	(1.637)	(2.631)	(2.565)	(2)	-	(9.168)
Ajuste exercícios anteriores	53	(742)	(1.940)	(663)	-	-	(3.292)
Saldo no final do exercício	19.144	5.286	16.506	33.733	1.171	361	76.199
Custo	28.523	16.839	36.878	44.205	1.231	361	128.037
Depreciação acumulada	(9.380)	(11.554)	(20.372)	(10.472)	(61)	-	(51.838)
Saldo líquido no final do exercício	19.143	5.285	16.506	33.733	1.170	361	76.199

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

12. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia são compostos por gado de corte, mantidos em uma propriedade rural da controlada CR Alves. A movimentação do saldo está demonstrada abaixo:

	Consolidado
	2017
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-
(+) Aquisição no período	5.000
(+/-) Ajuste a valor justo	1.142
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>6.142</u>

13. Fornecedores a pagar

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Fornecedores de mercadorias	52.710	44.009	76.265
Fornecedores de serviços	-	-	709
	<u>52.710</u>	<u>44.009</u>	<u>76.974</u>

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos (a.a)	Controladora		Consolidado
		2017	2016	2017
4.1.3.1	De 10,8% a 21,3%	16.561	6.337	29.884
CDC	De 13,0% a 13,5%	555	-	1.005
Consórcio	11,5%	444	384	444
Finame	De 6,0% a 18,0%	1.742	3.209	3.124
Finimp	De 3,2% a 12,2%	13.666	5.993	13.666
Giro	De 8,0% a TJLP + 10,7%	47.801	35.519	64.688
Leasing	De 7,0% a 19,0%	1.492	648	1.492
		<u>82.261</u>	<u>52.090</u>	<u>114.303</u>
Circulante		70.952	35.883	95.253
Não circulante		11.309	16.206	19.051
		<u>82.261</u>	<u>52.090</u>	<u>114.303</u>

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

A seguir, apresentamos os montantes a pagar de empréstimos e financiamentos de longo prazo por idade de vencimento (aging list), em 31 de dezembro de 2017:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	6.117	11.781
2020	4.567	6.436
2021	559	722
2022	38	83
2023	28	28
	11.309	19.051

As garantias às operações de crédito são, em sua maioria, os recebíveis de cartão de crédito e cartão de débito. Operações de financiamento à importação foram realizadas através da linha de crédito denominada "FINIMP".

15. Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Salários e ordenados	3.487	3.341	4.649
INSS a recolher	3.298	2.731	3.928
FGTS a recolher	1.017	873	1.371
Outras obrigações	786	601	890
Provisão para férias e encargos sociais	11.971	11.720	14.592
	20.559	19.266	25.428

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Imposto de Renda Pessoa Física e Pessoa Jurídica - IRPJ	6.500	1.026	6.739
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.199	252	2.288
Programa de Integração Social - PIS	177	100	197
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	776	463	869
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.529	919	3.206
Impostos sobre Serviços - ISS	74	58	74
Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	509	1	509
Outros tributos	200	79	280
	12.964	2.898	14.162

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

17. Contas a pagar (circulante e não circulante)

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Fornecedores imobilizado	2.904	1.307	3.989
Utilidades	530	532	532
Alugueis	2.231	1.951	2.897
Outras contas a pagar	3.026	1.791	3.198
	<u>8.691</u>	<u>5.581</u>	<u>10.616</u>
Circulante	8.093	5.581	10.018
Não Circulante	598	-	598
	<u>8.691</u>	<u>5.581</u>	<u>10.616</u>

18. Provisões

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis, entre outros, e está discutindo essas questões tanto nas esferas administrativa quanto judicial.

Para as ações classificadas com probabilidade de perda provável é constituída provisão para o valor estimado de perda:

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Provisões trabalhista	915	967	915
Provisões cíveis	-	-	55
Provisões tributárias	-	-	476
	<u>915</u>	<u>967</u>	<u>1.446</u>

Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza tributária, cíveis, trabalhistas, entre outras, envolvendo risco de perda classificado como possível pela Administração e por seus consultores jurídicos externos:

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Fiscal	9.361	6.304	9.361
Cíveis	8	-	8
Trabalhista	1.567	847	1.567
	<u>10.936</u>	<u>7.151</u>	<u>10.936</u>

19. Patrimônio Líquido

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 127.364 parcialmente integralizado, representado por 3.166.409 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, dos quais R\$ 59.864 estão totalmente integralizadas e R\$ 67.500 à integralizar.

19.2. Aumentos de capital

Em 02 de maio de 2017, foi aprovado em assembleia geral extraordinária o aumento de capital da Companhia em R\$ 660, mediante a emissão de 659.934 novas ações, integralizadas com a cessão de quotas da empresa Oba Hortifruti - Comércio e Importação de Frutas Ltda. pertencentes aos sócios do Grupo Fartura.

Em 30 de novembro de 2017, foi aprovado em assembleia geral extraordinária o aumento de capital da Companhia em R\$ 250.000, mediante a emissão de 802.275 novas ações ordinárias normativas e sem valor nominal, subscritas ao preço de emissão de R\$ 311,61 reais, dos quais R\$ 115,81 reais serão destinados ao capital social, e R\$ 115,81 reais destinados a reserva de capital. Em 31 de dezembro haviam sido aportados R\$ 115.000, dos quais R\$ 57.500 foram destinados à integralização de capital social da Companhia e R\$ 57.500 destinados à reserva de capital.

19.3. Dividendos

Conforme disposição estatutária, estão assegurados aos acionistas dividendos de no mínimo 25% do Lucro Líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

19.4. Ajustes de exercícios anteriores

Durante o exercício de 2017, a Companhia identificou erros nas demonstrações contábeis de períodos anteriores totalizando R\$ 14.717 devedor. A correção dos erros identificados foi registrada diretamente no patrimônio líquido na rubrica de prejuízos acumulados. A composição dos ajustes esta demonstrada abaixo:

	Valores
Fornecedores de mercadoria	703
Ajuste de estoque em decorrência de inventário	8.113
Ajuste de depreciação	1.022
Ajuste de imobilizado	1.492
Tributos a pagar	1.106
Obrigações trabalhistas	619
Outros Ajustes	1.662
	<u>14.717</u>

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

20. Receita Líquida

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Receita bruta de vendas de mercadorias	828.272	719.954	952.267
Outras receitas	356	3.695	356
Receita bruta total	828.628	723.649	952.623
Deduções			
Impostos s/venda	(56.574)	(37.831)	(66.367)
Devoluções	(1.068)	(691)	(1.069)
Receita operacional líquida	770.986	685.127	885.187

21. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Custo das mercadorias para revenda	451.713	410.948	518.446
Pessoal	158.510	141.399	179.679
Material de uso e consumo	20.651	15.224	23.549
Ocupação	33.835	28.289	39.523
Serviços prestados	12.120	11.684	13.762
Comissões de cartões e tickets alimentação	8.883	8.412	10.668
Energia elétrica	8.001	7.754	9.440
Depreciação e amortização	7.560	7.022	9.168
Manutenção, aluguéis e reparos de equipamentos	6.789	6.507	8.732
Propaganda e Publicidade	6.288	5.090	8.149
Água, telefone e gás	4.582	4.267	4.963
Transporte e fretes	1.416	1.403	1.575
Combustíveis	2.872	2.426	3.671
Outras despesas	7.959	5.429	10.116
	731.179	655.854	841.442
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	451.713	410.948	518.446
Despesa com vendas	15.057	13.141	18.826
Despesas gerais e administrativas	105.899	90.366	124.491
Despesas com pessoal	158.510	141.399	179.679
	731.179	655.854	841.442

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

22. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Receitas financeiras			
Juros ativos	300	-	309
Variações cambiais positivas	594	1.177	887
Rendas em operações com derivativos	422	119	422
Rendimentos de aplicações financeiras	341	177	465
	<u>1.657</u>	<u>1.473</u>	<u>2.083</u>
Despesas financeiras			
Despesas bancárias	(1.559)	(723)	(1.804)
Variações cambiais	(2.155)	(458)	(2.154)
Juros passivos e multas de mora	(1.420)	(237)	(1.963)
Juros de empréstimos e financiamentos	(7.187)	(12.383)	(11.841)
Antecipações de recebíveis	(675)	(347)	(675)
Despesas com derivativos	(3.729)	(1.262)	(3.729)
	<u>(16.725)</u>	<u>(15.410)</u>	<u>(22.166)</u>
	<u>(15.068)</u>	<u>(13.937)</u>	<u>(20.083)</u>

23. Imposto de renda e contribuição social

A seguir, demonstramos a composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos:

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Resultado antes do IRPJ/CSLL	17.770	16.379	20.520
Adições a base de cálculo	20.840	274	21.806
Exclusões a base de cálculo	(3.744)	(1.236)	(3.806)
Base de cálculo para IRPJ/CSLL	34.866	15.417	38.520
Imposto de renda	8.483	3.737	9.384
Contribuição social	3.138	1.388	3.465
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>11.621</u>	<u>5.125</u>	<u>12.849</u>
Alíquota efetiva	33,33%	33,24%	33,35%

24. Política de gestão de riscos

(a) Riscos de crédito

O risco de crédito é minimizado em virtude dos recebíveis da Companhia serem essencialmente junto às principais administradoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco.

(b) Riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

(c) Riscos de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

(d) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio resulta das transações de importação de mercadorias e contratação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em decorrência da volatilidade da moeda estrangeira, porém a Companhia mitiga e gerencia este risco por meio da contratação de derivativos financeiros apenas para fins de proteção (Hedge) buscando neutralizar a volatilidade do câmbio.

25. Seguros (não auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:

Item	Importância Assegurada
Edificações, instalações e máquinas e equipamentos	Limite Máximo de Indenização 20.000.000,00
Incêndio, roubo e colisão para veículos	Cobertura total do veículo 100% FIPE Danos Materiais e Corporais 200.000,00
Responsabilidade Civil	100.000,00

26. Eventos subsequentes

Tendo em vista o cenário econômico atual e a nova realidade econômico-financeira da Companhia, a mesma refinanciou, em março de 2018, contratos de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 38.436 com o objetivo de readequar os termos e condições dos contratos.